

**O impacto das transformações urbanas sobre escolas públicas no centro de
Fortaleza**

The impact of urban transformations on public schools in Fortaleza downtown

Maria Eliane Maia Sousa

Sofia Lerche Vieira

Eloisa Maia Vidal

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Fortaleza-Ceará-Brasil

Resumo

O artigo analisa o impacto que as transformações urbanas têm produzido em quatro escolas públicas situadas no centro de Fortaleza, capital do Ceará. É um estudo de caso de natureza qualitativa e exploratória, apoiando-se em estudos realizados sobre território e transformações urbanas na configuração das grandes cidades e na oferta dos serviços educacionais. Discute as transformações urbanas da cidade de Fortaleza e situa as escolas no contexto de organização do espaço urbano e da metropolização da capital. Analisa alguns indicadores educacionais da última década e constata que essas escolas conseguiram sobreviver aos processos de transformações ocorridas no centro da cidade e que, embora situadas na mesma região apresentam características e resultados diferenciados quanto a atendimento escolar e taxas de rendimento.

Palavras-Chave: Transformações urbanas. Indicadores educacionais. Escola pública.

Abstract

This paper analyzes the impact urban transformations have produced in four public schools located in Fortaleza, capital of Ceará, downtown area. It is a case study of a qualitative and exploratory nature, based on studies carried out on territory and urban transformations in the configuration of large cities and in the provision of educational services. It discusses the urban transformations in the city of Fortaleza and places schools in the context of urban space organization and the metropolization of the capital. It analyzes some educational indicators of the last decade and finds that these schools managed to survive the processes of transformation that occurred in the city downtown, and that, although located in the same region, they present different characteristics and results regarding school attendance and performance rates.

Keywords: Urban transformations. Educational indicators. Public school.

Introdução

O artigo discute os primeiros resultados de uma pesquisa em andamento sobre as influências das transformações urbanas e suas implicações na sobrevivência das escolas de ensino médio situadas na região do centro de Fortaleza. Essas escolas apresentam uma longa trajetória e sempre foram consideradas relevantes pela população. Porém, nas últimas décadas, fatores como a expansão da cidade, as mudanças do comércio do centro para os bairros, o esvaziamento do Centro em termos de ponto de encontro e de moradia, os problemas de mobilidade urbana, a insegurança e a violência vêm causando um forte impacto na sua sobrevivência, mesmo àquelas historicamente conhecidas pela qualidade da infraestrutura e serviços educacionais.

Essas escolas, consideradas tradicionais, não necessariamente pela sua pedagogia, mas pelo forte legado histórico-cultural, sofreram e ainda sofrem mudanças no sentido de se adequarem aos novos espaços e aos desafios que emergem de um contexto global e local. As mudanças na diversificação da oferta e a nova reforma do ensino médio sancionada pela Lei de nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, faz emergir políticas educacionais para o ensino médio que privilegiam escolas diferenciadas para públicos distintos. Esse contexto de mudanças faz com que se volte o olhar para essas políticas que reforçam desigualdades entre as escolas de uma mesma rede de ensino (VIDAL; VIEIRA, 2016).

As escolas públicas estaduais situadas na região do centro da cidade apresentam características e indicadores educacionais diferenciados, porém, mesmo diante da problemática do contexto de urbanização, resistem e sobrevivem. Diante desse cenário, o presente artigo busca contextualizar essas escolas a partir de sua história e analisar a situação atual considerando a evolução de suas matrículas e as taxas de rendimento nos últimos anos.

No escopo desse debate, colocam-se em relevância pesquisas que abordam o tema em questão, envolvendo discussões sobre territórios e transformações urbanas. Trata-se de um estudo de natureza exploratória, com análise dos indicadores educacionais disponibilizados pelo Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Dentre as diferentes formas de pesquisa qualitativa, considerou-se adequado fazer uso do estudo de caso, devido ao seu potencial de investigação de um determinado fenômeno contemporâneo em seu contexto de vida real,

de modo específico, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2003).

O *lócus* de investigação são quatro escolas estaduais do centro de Fortaleza, que possuem mais de cem anos, tendo sobrevivido a mudanças no contexto urbano e nas políticas educacionais. O estudo pretende possibilitar ao pesquisador da Educação a compreensão de que pensar o espaço geográfico, como *lócus* da reprodução das relações sociais de produção (LÉFÈBVRE, 2000) podendo contribuir para entender os efeitos dos processos de urbanização e de expansão da cidade e do território na trajetória dessas escolas.

Além dessa Introdução, o artigo possui quatro seções e as considerações finais. A primeira discute aspectos relacionados a territorialidades e a transformações urbanas; na segunda, é tematizada a cidade de Fortaleza no contexto histórico e de transformações urbanas; a terceira seção é dedicada a apresentar um breve perfil das escolas públicas pesquisadas, e a quarta apresenta informações sobre o atendimento escolar nos últimos dez anos. As considerações finais trazem reflexões, à luz dos autores estudados, sobre o papel das transformações urbanas no contexto educativo, considerando que as escolas constituem um novo tipo de território político, e suscita novas questões para investigações futuras.

1. Territorialidades e transformações urbanas

A construção do *corpus* teórico tem como referência artigos e teses que abordam aspectos relacionados a conceitos do campo da Sociologia Urbana e suas possíveis implicações na trajetória das escolas públicas, face ao cenário de transformações urbanas. O Quadro 1 apresenta, em ordem cronológica, trabalhos selecionados para a construção de um caminho teórico consistente para o estudo, a fim de que possamos conhecer o papel das transformações urbanas na configuração das grandes cidades e na oferta dos serviços públicos, neste caso, a educação.

Quadro 1: Artigos e teses sobre território e transformações urbanas

Título	Autor(es)	Tipo de trabalho	Ano
Urbanização e educação: da escola de bairro à escola de passagem	Gilberto Cunha Franca	Tese	2010
Territorialidade da educação: as escolas públicas nas áreas centrais de São Paulo	Gilberto Cunha Franca	Artigo	2012
A produção do espaço na cidade de Fortaleza-CE: uma análise das ações, políticas, projetos e planos diretores	Paulo César Lima	Tese	2013

O impacto das transformações urbanas sobre escolas públicas no centro de Fortaleza

O centro da cidade no contexto da estrutura(ção) urbana: considerações acerca da “teoria urbana convencional” e da “teoria crítica urbana”	Cláudio Smalley Soares Pereira	Artigo	2017
O Estatuto da Metrópole e as regiões metropolitanas: uma análise teórico-conceitual à luz do conceito miltoniano de “território usado”	Janaína Lopes Pereira Peres et al.	Artigo	2018

Fonte: Portal de periódicos da Capes e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), 2019

A tese de Franca (2010) abre um leque de possibilidades para a compreensão dos efeitos da urbanização sobre os serviços educacionais. Seu estudo privilegia a relação da escola com a “geografia dos lugares”, buscando encontrar nexos entre a política educacional e o processo de urbanização no contexto da metropolização. Discute as mudanças qualitativas da escola pública, relacionadas à problemática urbana, tendo em vista as transformações econômicas e políticas experimentadas a partir da década de 1990, no contexto urbano de São Paulo. Na sua visão, as experiências escolares e urbanas não se reduzem à simples “projeção destas relações sociais” no espaço, como diz Léfèbvre (2002); para ele, as escalas e as relações nos níveis mais inferiores da realidade urbana são também “lugar e terreno” onde as estratégias se confrontam (FRANCA, 2010, p. 25).

Franca (2010) identifica que a adequação funcional da escola pública se relaciona às mudanças que a urbanização impõe à vida de professores, diretores e estudantes da metrópole. Existem políticas que visam promover o ajuste dessas escolas, adequando-as ao meio no qual estão situadas, porém adotam critérios da produtividade técnica e da racionalidade econômica, que são mais adequados à lógica da empresa, que funciona para seu próprio interesse (FRANCA, 2010, p. 21), e não a uma escola pública. Para lidar com a expansão periférica da população e com a urbanização, foi adotada uma política educacional que se traduziu em perda da qualidade da rede estadual de ensino, inclusive das antigas escolas dos bairros da cidade. A partir da década de 1990, com o ajuste produtivo e espacial da rede, ocorreu o fechamento de dezenas de escolas. O paradoxo criado por esses ajustes é que se trata da educação pública que, por princípio, deveria estar, antes de tudo, submetida ao projeto democrático de sociedade (FRANCA, 2010, p. 21 - 22).

Em artigo publicado em 2012, Franca traz uma discussão relevante sobre a escola pública e seu lugar no processo de metropolização, ao tematizar a territorialidade da educação, como parte do conjunto das infraestruturas sociais. O autor analisa a situação de uma antiga escola localizada em Pinheiros, no município de São Paulo, que tem sido afetada pelas transformações metropolitanas e educacionais, e que têm levado ao esvaziamento e ao fechamento de dezenas de estabelecimentos de ensino nas áreas mais centrais e

valorizadas da cidade. O texto procura explicar como as forças sociais imbricadas em diferentes escalas geográficas evoluíram e se enfrentaram na configuração desse problema. Franca (2012, p. 110), ao afirmar que “o estudo da educação em seu nível local relaciona-se com as transformações econômicas e políticas nas escalas do território regional e nacional”, ancora-se nos estudos de Harvey (2005; 2008) para explicar o fenômeno da territorialidade da educação e das infraestruturas sociais, o que envolve também pesquisa, saúde, lazer na sua teoria sobre a crise e o ordenamento espacial do capitalismo.

No plano teórico, a pesquisa de Franca (2012) contribui para a reflexão sobre o conjunto complexo das infraestruturas sociais e suas territorialidades. Na análise geográfica da educação foi explorada a dimensão local e cotidiana, sobre a qual recaem as transformações projetadas nas escalas mais amplas do território. Portanto, privilegia-se o nível urbano e, mais especificamente, o contexto do lugar, em que as transformações gerais adquirem toda vivacidade e revelam as novas formas de uso do espaço e do tempo.

A territorialidade da educação, como algumas pesquisas apontam, exprime oportunidades diferenciadas de inserção social, mas a questão central está em compreender a produção dessa desigualdade espacial. Mais especificamente, trata-se de saber quais forças governaram ou tiveram proeminência sobre essa evolução espacial desigual e que tipo de uso do espaço e do tempo se manifesta nessas escolas públicas nos espaços centrais de São Paulo. A pesquisa procura desvelar algumas das transformações mais profundas que ocorrem sob os constantes embates e as mudanças de superfície e, dessa maneira, abrir o debate acerca de como melhor interpretar a atual situação e reagir sobre ela.

Os estudos de Franca (2012) revelam que, enquanto, nas periferias, o crescimento populacional segue positivo em quase toda a sua extensão, inversamente, nas áreas internas, ocorrem perdas populacionais consideráveis. No despovoamento das áreas centrais, o impacto foi maior sobre as camadas populares (TORRES, 2005; FRANCA, 2010). Nas periferias, crescem explosivamente as populações de baixa renda, mas registram-se certas diferenciações, com o crescimento das classes de renda mais alta, moradores principalmente dos condomínios residenciais na periferia da metrópole.

A pesquisa de Franca (2012) apontou o problema de um conjunto de escolas públicas dos espaços centrais e valorizados de São Paulo. Diante desse contexto o autor procurou explicar a situação de uma dessas escolas, considerando as transformações ocorridas nas

diversas escalas geográficas. Nos resultados de sua pesquisa foram identificados os limites dos investimentos em educação e o esforço do Estado, através de reestruturações do sistema educacional, para contornar a demanda por escolarização. Tal reestruturação, como se deu na rede pública paulista, apresenta sua particularidade regional e urbana, própria da dimensão e das transformações metropolitanas de São Paulo. As políticas educacionais, sob um quadro limitado de investimento público, procuraram adequar a oferta à geografia segregada de São Paulo. O fechamento de escolas públicas no município desperta interesses variados no curso de refuncionalização dos espaços da cidade, com investidas do poder público e do setor imobiliário na reutilização dos espaços e dos terrenos das antigas escolas públicas. Um dos quais, expressa os novos conteúdos dos lugares centrais da metrópole e a procura do Estado em manter a expansão do ensino público para as regiões periféricas. Segundo dados da pesquisa, entre 1995 e 2007, a Secretaria de Estado da Educação (SEE) fechou 34 escolas, apenas na cidade de São Paulo, cuja maioria coincide com as localidades que mais se valorizam e perdem população, com intensa remoção de pobres (FRANCA, 2012, p. 115).

Ainda no âmbito da Geografia Urbana e Urbanização, a tese de Lima (2013) analisa alguns problemas socioespaciais de Fortaleza (CE). O autor aborda a formação histórico-geográfica da cidade fazendo uma análise de suas transformações socioespaciais, desde a fundação até os dias atuais. Sua pesquisa tem como objetivo analisar a produção do espaço urbano na cidade e a problemática da expansão territorial desordenada, regida pelo grande capital imobiliário. Para ele, a ocupação urbana de Fortaleza apresenta padrão bastante diferenciado em diversas áreas da cidade, com a população menos favorecida ocupando espaços antes que eles sejam providos de qualquer infraestrutura básica e venham a ser ocupados pelas classes dominantes.

Para auxiliar a compreensão da dinâmica do centro da cidade no contexto de transformações urbanas, o artigo de Pereira (2017), traz um debate sobre as noções de centro da cidade e centralidade no âmbito do estudo da estrutura(ção) urbana. Discute tais noções nas perspectivas da “teoria/ciência urbana convencional”, juntamente com as suas contribuições para o estudo da cidade e do espaço urbano, e a contribuição da “teoria/ciência crítica urbana”, enfocando, com maior detalhe, as contribuições de Lefebvre e Castells sobre o tema.

O debate no campo dos estudos urbanos realizado por Pereira (2017) foi essencial para a definição de uma abordagem epistemológica para compreender as transformações urbanas no Centro de Fortaleza, sob a perspectiva da teoria crítica urbana. Ele se apoiou nas ideias dos teóricos que fundamentam essa teoria (BRENNER, 2010; TOPALOV, 1988; HARVEY, 2008; GOTTDIENER, 1990). De acordo com Brenner (2010, p. 21) a “teoria crítica urbana” envolve uma crítica à ideologia dominante, do poder, das injustiças e das desigualdades e explorações existentes tanto nas cidades como entre elas, e “insiste que outra forma de urbanização, mais democrática, socialmente justa e sustentável, é possível”. A contribuição do autor segue na linha de análise das obras de Léfèbvre (1967; 2000; 2002; 2008) e Castells (1975; 1983) no que tange à teoria do espaço urbano, no âmbito da estrutura urbana, do centro e da centralidade. A centralidade em Léfèbvre (2008, p. 80) ocupa uma questão-chave, pois para ele “não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro”; ela é, em si mesma, a qualidade essencial do fenômeno urbano.

De acordo com Pereira (2017) o trabalho de Léfèbvre a respeito da centralidade também vem sendo discutido, e não apenas incorporado de forma acrítica. Marchal e Stébé (2011; 2013, apud PEREIRA, 2017, p. 691) afirmam que a cidade é composta por uma “multiplicidade de centralidades”, resultado daquilo que Léfèbvre denominou de “explosão” da cidade. Neste sentido, a hipótese dos autores é que

na sociedade urbana de hoje, os moradores de conjuntos habitacionais suburbanos escolhem onde viver não por causa da centralidade, conforme definido por Léfèbvre, mas por causa de centralidades que surgiram em toda parte nesta ‘sociedade urbana’ dispersa (MARCHAL; STÉBÉ, 2011, apud PEREIRA, 2017, p. 692).

O artigo de Peres et al. (2018) faz uma análise teórico-conceitual acerca do conceito de região metropolitana adotado pelo Estatuto da Metrópole (BRASIL, Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015), especialmente no que tange à teoria espacial de Milton Santos e seu conceito de “território usado”. Sobre essa questão, Santos (2015, p. 96 - 97) afirma que

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

Para Santos (1990), as categorias espaço e território, embora distintas, mantêm uma relação intrínseca, uma vez que “a utilização do território pelo povo cria espaço” (p. 189).

Para ele espaço é o território usado. Enquanto o território são formas, o território usado são objetos e ações: é a materialidade, expressa na configuração territorial, somada da vida que a anima (PERES et al., 2018, p. 276). Os autores partem da premissa de que, embora não constitua um novo ente, a região metropolitana conforma um novo tipo de território político, tornando-se, assim, um importante objeto de políticas públicas urbanas nacionais.

O artigo de Peres et al. (2018) se apropria dos conceitos de Santos, tendo em vista o enfoque central do espaço como categoria permanente e histórica em suas análises. Ao fazer a diferenciação entre espaço e território e utilizar essa terminologia, Santos (1994) transfere a ênfase para as relações sociais e para o uso do território pelos diversos atores, o que torna pertinente as seguintes indagações sobre o espaço: usado como, onde, por quem e para quê? Para ele o território ganha sentido de movimento e se materializa no lugar em que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões (PERES et al. 2018, p. 276).

Nas últimas décadas, as investigações sobre a relação entre espaço e sociedade nas Ciências Sociais ganharam significativo impulso graças à produção de autores como Léfèbvre (1967; 2000; 2002; 2008), Castells (1975; 1983), Harvey (1980) e Santos (1982; 1985; 1990; 1994; 2015). Esse novo olhar sobre os processos de metropolização e crescentes transformações urbanas desperta diferentes leituras e interpretações capazes de propor novas políticas públicas de caráter local, regional, nacional e mundial. Esses processos também trazem novos comportamentos, mudanças na vida cotidiana e nas relações que se escondem nos espaços habitados, nas instituições e ideologias, que devem ser percebidos e codificados a partir daquilo que não se diz e não se escreve.

2. A cidade de Fortaleza no contexto de transformações urbanas

Nos últimos anos, vários estudos procuraram discutir as transformações urbanas de Fortaleza (SANTOS, SILVA e SILVA, 2011; LIMA, 2013; COSTA, 2014; SACRAMENTO, 2016). A cidade, desde sua fundação (1726), vem sendo organizada por meio da segregação de seus espaços. A ocupação do lado leste foi feita por uma população com melhores condições socioeconômicas, e o lado oeste e sudoeste, por uma população menos favorecida, determinando, assim, a forma de aquisição e a produção dos espaços na cidade. Para os detentores de maior poder econômico, os espaços costumam ser dotados de equipamentos e de melhores condições urbanas e, para a população com menor poder aquisitivo, sobram os espaços com insuficiência de serviços públicos básicos (MENDES et al, 2004). Em 1973, é criada a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que, na visão de Silva (2009), teve uma

institucionalização compulsória, tendo ocorrido antes mesmo da metropolização. Se, nos primórdios, a RMF era constituída pelos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz, em 2015 são 19 municípios que abarcam a RMF e, em 2017, sua população corresponde a 44,9% da população do estado (4.051.744 x 9.022.477).

A RMF vai gradativamente ampliando seu território, sem necessariamente conseguir construir uma identidade e mantendo um “desenvolvimento excludente e concentrador” (COSTA, 2009, p. 144), alijando as populações menos favorecidas economicamente do acesso aos serviços públicos. Assim, tem-se uma crescente fragmentação urbana e segregação residencial (COSTA, 2009) que se agudizam com o tempo. Essa fragmentação urbana cria, simultaneamente vários centros urbanos e ao mesmo tempo, esvazia o ‘centro original’, onde se encontram as escolas pesquisadas.

A partir da década de 1970, a cidade passou por um processo acentuado de verticalização e descentralização das atividades de comércio e lazer. Atualmente, conta com uma população de 2.669.342 habitantes (IBGE, 2019) distribuídos por 119 bairros (SDE, 2014), possuindo uma complexa rede escolar que tem sido objeto, ao longo dos anos, de alterações de natureza diversas como esvaziamento do centro da cidade, êxodo interno com a migração populacional do interior para a capital, surgimento de novos bairros cada vez mais periféricos, impacto de programas habitacionais que fazem emergir demandas num curto prazo. O crescimento desordenado e a coexistência da modernização com a pobreza são características da capital cearense após sua condição e transformação natural em metrópole (LIMA, 2013).

A cidade de Fortaleza apresenta agudas desigualdades sociais e econômicas, possuindo bairros com IDH-B = 0,110 (Conjunto Palmeiras) e outros com IDH-B = 0,953 (Meireles). As escolas pesquisadas situam-se em dois bairros localizados no primeiro quartil do IDH-B – Centro (IDH-B = 0,556) e Jacarecanga (IDH-B = 0,448) – que ocupam a 23º e 36º posição no *ranking* dos bairros fortalezenses. O uso e ocupação do solo apresenta padrão diferenciado em diversas áreas da cidade, caracterizando-se por uma intensa verticalização na zona leste, principalmente, nos bairros da Aldeota, Meireles, Mucuripe, Varjota, Papicu e Cocó, onde residem as classes sociais de poder aquisitivo mais elevado, enquanto, nos setores oeste e sudoeste da cidade, mesmo existindo alguns bairros de classe média, observa-se uma predominância de bairros populares e de grandes concentrações de

‘aglomerados subnormais’, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são assentamentos irregulares conhecidos popularmente como favelas, contando, no mínimo, 51 habitações, ocupando ou tendo ocupado terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas de forma desordenada, densa e carente de serviços públicos e assistenciais, em sua maioria.

De acordo com Santos, Silva e Silva (2011), o centro da cidade de Fortaleza configura-se como local de múltiplas territorialidades. Entre elas, as das prostitutas, localizada principalmente nas Praças José de Alencar e Lagoinha, a dos artistas populares que escolhem esses locais como palco para apresentar seus trabalhos e a dos comerciantes informais que chegam literalmente a marcar seus territórios. O Centro passa a ser também local de moradia para os sem-teto, que encontram nas praças o seu abrigo natural. Ao mesmo tempo, é no centro da cidade que se situam os equipamentos culturais e históricos mais relevantes como o Theatro José de Alencar, o Museu do Ceará, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), o Forte Schoonenborch (marco de fundação da cidade), o Passeio Público, a Biblioteca Menezes Pimentel, o Centro Cultural Dragão do Mar e outros.

Nesse contexto, agrega-se à discussão de “espaço” em Santos (1990, p. 189) a ideia de que “a estrutura espacial é, também, o espaço do presente”. O espaço social torna-se o lugar do espaço humano, lugar de vida e de trabalho, morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade, e cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução.

Como vários centros das grandes metrópoles, o Centro de Fortaleza passa por uma nova lógica de função na metrópole. A intervenção urbana no centro fez desaparecer antigos espaços públicos, prédios históricos e antigos casarões. O centro da cidade, que antes era área da elite, hoje passa por um período de desvalorização, já que o local não é mais a escolha para grandes investimentos em moradia e serviços na capital cearense. Ele está voltado mais para o comércio ambulante e concentra vários terminais de ônibus urbanos para o deslocamento da população, que converge diariamente ao Centro para trabalhar no comércio informal e fazer compras.

O fato de o Centro ter se tornado área quase exclusivamente comercial gerou a fuga de âncoras econômicas, declínio populacional de uso de suas infraestruturas e espaços públicos, com vitalidade diurna e desertificação noturna. Com a redução de residências e

migração da população para os bairros e regiões metropolitanas, ocorre também o fechamento de várias escolas públicas e privadas situadas nessa região da cidade. Porém, algumas escolas públicas, consideradas tradicionais, por sua longa trajetória histórica, ainda resistem e acolhem um público de alunos diferenciado que agora migram da periferia para estudar no centro da cidade. Alguns alunos vêm de escolas privadas situadas nos mais diversos bairros da periferia de Fortaleza. Outros são alunos das escolas da rede pública municipal e estadual que fazem opção por uma escola tradicional por diferentes fatores, como a busca por uma escola melhor e mais segura, longe da violência que assola os bairros periféricos.

A cidade de Fortaleza é marcada por descontinuidades socioespaciais como consequência de uma dialética entre sua configuração metropolitana e os aspectos da vida da sociedade. Esse argumento encontra respaldo em Léfèbvre (1967) ao argumentar que “formas e estruturas se fazem e se desfazem, se dissolvem ou se quebram. Coloca no mesmo plano, no tempo, a formação das estruturas (estruturação) e sua desapareição (deseestruturação)” (LÉFÈBVRE, 1967, p. 89 - 90). Nesse sentido, ao discutir as continuidades–descontinuidades urbanas o autor afirma que “deseestruturações e reestruturações se sucedem no tempo e no espaço, sempre traduzidas para a prática, inscritas no prático sensível, escritas no texto urbano, mas provenientes de outro lugar: da história, do devenir” (LÉFÈBVRE, 2008, p. 60). Pensar a estrutura urbana no âmbito de um pensamento urbano crítico requer estar ciente de que a cidade é produzida por agentes sociais e sujeitos coletivos e de que suas partes estão em constante relação.

Os estudos dos referidos autores, com o seu aporte teórico, trazem elementos importantes para a compreensão dos conceitos de centro e centralidades, no contexto de relações, produção e transformações do espaço urbano. Por outro lado, autores como Brenner (2010); Harvey (1980) e Gottdiener (1997) fundamentam a teoria crítica urbana e possibilitam ao pesquisador entender os elementos da estrutura urbana e identificar os agentes produtores do espaço urbano implicados no processo de transformações urbanas.

O estudo de Franca (2010) permitiu observar que as experiências escolares e urbanas não se reduzem à simples projeção dessas relações sociais no espaço, como diz Léfèbvre, e que as escalas e as relações nos níveis mais inferiores da realidade urbana são também “lugar e terreno onde as estratégias se confrontam” (FRANCA, 2010, p. 25). A pesquisa de

Franca (2012) focaliza o embate entre a demanda por escolarização e as limitações do Estado em termos de investimentos, o que leva a reestruturações do sistema educacional, incluindo reordenamento da rede física escolar. O redimensionamento das escolas apresenta sua particularidade regional e urbana, própria da dimensão e das transformações metropolitanas, seja no âmbito municipal, seja no estadual. As políticas educacionais procuram adequar a oferta à geografia dos novos espaços urbanos e convive com as investidas do setor imobiliário na reutilização dos espaços e dos terrenos das antigas escolas públicas. A refuncionalização dos espaços da cidade produz a imbricação de interesses públicos e privados, sem claros limites de onde começa um e termina o outro.

No caso do Ceará, sob a vigência da lei de municipalização do ensino público nos anos de 1995 - 2002, quando o Governo do Estado opta pela municipalização completa do ensino fundamental, acontece a massiva transferência de matrículas, cessão de professores e prédios para o município, resultando em um reordenamento no perfil do ensino fundamental e da rede física escolar da capital (VIEIRA; VIDAL, 2013).

3. As escolas públicas do centro de Fortaleza

Levando em conta as considerações teóricas apresentadas, este artigo se debruça sobre quatro escolas públicas estaduais centenárias, localizadas no centro da cidade de Fortaleza: o Colégio Estadual Liceu do Ceará, o Colégio Estadual Justiniano de Serpa, a Escola de Ensino Fundamental e Médio Clovis Beviláqua e a Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Visconde do Rio Branco. Situadas numa área retangular cujo lado maior é de 2,6 km, essas quatro escolas foram criadas pelo poder público entre os anos de 1845 e 1919. São equipamentos públicos cujo atendimento educacional foi marcado pelas contingências e pelas vicissitudes políticas, econômicas e sociais do país e do estado neste século de existência. A seguir é apresentada uma breve descrição sobre cada uma das escolas.

Colégio Estadual Liceu do Ceará: fundado em 1845, é a mais antiga instituição de ensino do Estado e o quinto colégio mais antigo do Brasil. Desde 1937, situa-se no bairro de Jacarecanga. Quando esse Liceu foi criado, Fortaleza era uma pequena cidade com menos de 5.000 habitantes, resumindo-se a poucas ruas no centro da cidade. Nessa época, os colégios eram privilégio da elite, não apenas porque eram poucos, mas também pelos custos que representavam para uma sociedade pobre. Era comum, em colégios públicos, a cobrança de taxas, como ocorria, inclusive, no Colégio Dom Pedro II, que reservava poucas vagas para pessoas que não tinham condições de pagar. O Liceu evoluiu com o crescimento

da capital, educou gerações, foi e é parte importante na formação da identidade cultural da cidade (FÉRRER, 2009). Relatos apontam que o Liceu do Ceará possuía, no início da década de 1960, alto padrão de qualidade educacional, decorrente, em parte, do nível dos professores, considerados entre os melhores do Ceará. Os docentes possuíam uma política salarial própria. O Liceu foi, durante várias décadas, a escola frequentada pela elite da capital e, por lá, passaram aqueles que seriam políticos, escritores, jornalistas e muitos ocupantes da burocracia estatal. A marca “Liceu” por representar um padrão de educação de qualidade, foi apropriada em 1998, pelo então governador Tasso Jereissati para construção de um padrão de escola de ensino médio, contando com infraestrutura pedagógica de laboratórios didáticos inspirada no antigo Liceu do Ceará. No ano de 2017, o Liceu do Ceará passa a funcionar como escola de tempo integral ampliando-se, gradativamente, com as turmas de 1º ano do ensino médio.

Colégio Estadual Justiniano de Serpa: situado na Praça Filgueira de Melo, na Avenida Santos Dumont, no centro de Fortaleza, é um dos colégios públicos mais antigos de Fortaleza, tendo sido fundado, em 1884, com o nome de *Escola Normal*, recebendo a designação de *Escola Normal Justiniano de Serpa* em 1938. Representou um novo paradigma educacional para formação de professores, fruto das ideias de Lourenço Filho, um dos mentores do Movimento dos Pioneiros da Educação que proliferou nas décadas de 1920 – 1930 e exerceu grande influência sobre a construção do ideário de uma educação pública brasileira e que veio a ser Secretário de Educação no Ceará no governo de Justiniano de Serpa (1920 - 1923). Em agosto de 2006, o colégio passa a funcionar em regime de tempo integral, com a implantação do projeto piloto no estado para os alunos do ensino médio.

Escola de Ensino Fundamental e Médio Clovis Beviláqua: situada na Avenida Dom Manuel, no cruzamento com a Avenida Santos Dumont, no centro da cidade de Fortaleza, foi fundada em 1913, com o nome de *Grupo Escolar Santos Dumont*. Após efetivada a compra pelo Governo do Estado em 1922, passou a chamar-se *Grupo Escolar Clovis Beviláqua*. A arquitetura da escola remete à dos primeiros grupos escolares do Ceará, porém, o espaço limitado do seu terreno não permitiu ampliar as suas dependências. Hoje, a escola oferta os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio na modalidade regular nos turnos manhã e tarde.

EEMTI Visconde do Rio Branco: sediada na Avenida Dom Manuel, 1803, no Centro, a escola foi instituída em 27 de março de 1919, com o nome de *Grupo Escolar Visconde do Rio Branco*, ficando conhecida como *Grupo Modelo*. No ano de 1975, passou a denominar-se de *Escola de 1º grau Visconde do Rio Branco* e, em 1998, atendendo a solicitação da comunidade, a escola passou a ministrar o ensino médio e a chamar-se *Escola de Ensino Fundamental e Médio Visconde do Rio Branco*. A construção dessa instituição de ensino fez parte do patrimônio arquitetônico que surgiu na cidade naquele período, com forte influência da *belle époque*, que marcou o desenvolvimento dos centros urbanos dos anos 1920. Em 2017, a escola passa a funcionar com oferta de tempo integral com a proposta do novo ensino médio.

As quatro escolas foram construídas numa época em que a população da cidade era inferior a 100.000 habitantes, e, embora já existissem desigualdades espaciais e territoriais marcantes na recente capital, tudo gravitava em torno de um “centro”, que coincide com a área territorial na qual estão localizadas as referidas escolas. Assim, àqueles que se situavam nas bordas e almejavam ter acesso a uma educação que era privilégio de poucos, precisavam percorrer o caminho em direção ao “centro”. Em grande parte do período de existência dessas escolas, o acesso à educação pública era privilégio de poucos e restrito às classes mais favorecidas economicamente.

Elas também foram construídas em avenidas que, até hoje, funcionam como corredores de transporte coletivo, interligando os bairros mais ou menos distantes ao centro da cidade. Isso possibilitou, por exemplo, que, à medida que os filhos das classes mais favorecidas economicamente migrassem para as escolas privadas, também construídas no “centro”, as vagas das escolas públicas passassem a ser ocupadas pelos estudantes provenientes de bairros mais periféricos. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e a ampliação gradativa de matrículas, vai se observar o crescimento do atendimento escolar nessas escolas, que perdura até a primeira década do século XXI.

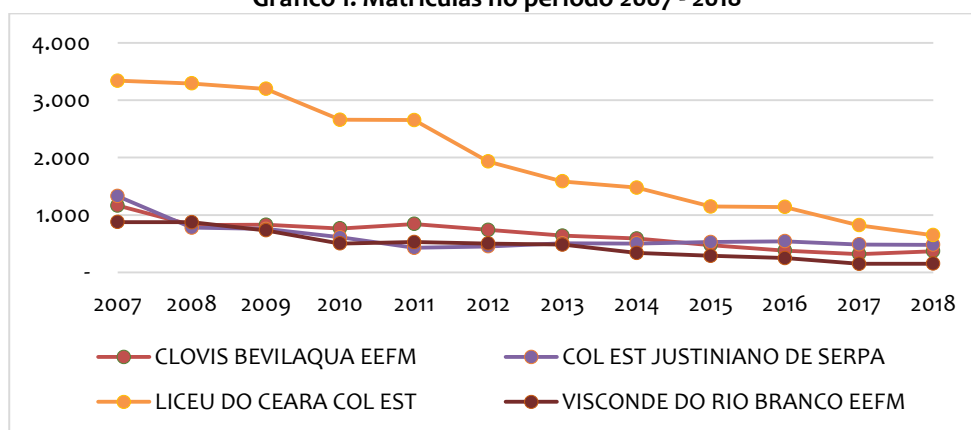
A seguir, analisa-se o comportamento da oferta educacional das quatro escolas no período compreendido entre 2007 e 2018, observando o momento em que o centro da cidade de Fortaleza vive processo agudo de esvaziamento, e que não se percebe iniciativas do poder público no sentido de implementar uma política de requalificação desse território. Esse mesmo período é marcado por alterações na política educacional no que se refere à oferta de ensino, com a diversificação da oferta como ensino médio de tempo integral e ensino médio integrado à educação profissional.

4. Situação de atendimento escolar nos últimos dez anos

Quando se analisa as matrículas das quatro escolas, conforme apresentadas no Gráfico 1, nesse período de doze anos, observa-se uma queda de 75,4%, sendo que as maiores reduções ocorreram na Visconde do Rio Branco (82,6%) e no Liceu do Ceará (80,6%). As quatro escolas oferecem ensino médio, sendo que a Visconde do Rio Branco oferta também ensino fundamental até 2016, e a Clóvis Beviláqua continua ofertando os anos finais do ensino fundamental até 2019.

O gráfico permite observar que as três escolas que passaram a ser de tempo integral reduziram as suas matrículas, enquanto a escola Clovis Beviláqua, que permanece ofertando o ensino regular, obteve um crescimento na sua matrícula nos anos de 2017 e 2018. Outro fator que contribuiu para a redução no número de matrículas é observado quando, em 2014 e 2015, as escolas Visconde do Rio Branco e Clovis Beviláqua deixaram de ofertar o ensino noturno, e educação de jovens e adultos (EJA).

Gráfico 1: Matrículas no período 2007 - 2018



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da dados da Seduc, 2019

Em números absolutos, o Liceu do Ceará perdeu 2.609 alunos, enquanto as outras três escolas juntas perderam 2.369 matrículas, totalizando 5.059 estudantes que deixaram de frequentar as escolas do Centro. Ao analisar a situação de matrículas ano a ano, observa-se que o comportamento das perdas varia entre as escolas. O Justiniano de Serpa registra sua maior perda de alunos de 2007 para 2008, quando reduz 41,4% de suas matrículas, seguido do Clovis Beviláqua que perde 29,1% das matrículas no mesmo biênio. Já o Liceu do Ceará tem suas maiores perdas de matrículas registradas de 2011 para 2012, depois de 2014 para 2015 e a partir de 2016 até 2018. O Visconde do Rio Branco, por sua vez, registra quedas significativas de matrículas nos biênios 2009 - 2010, 2013 - 2014 e 2016 - 2017. Aqui cabe uma

indagação: em que medida essa redução de matrículas é resultado do esvaziamento do centro da cidade ou de política indutora da Secretaria de Educação?

Quando se consideram as taxas de rendimento das quatro escolas do Centro no período 2007 – 2017, algumas constatações merecem destaque.

- a) No Clóvis Beviláqua, a taxa de abandono prevalece sobre a taxa de reprovação ao longo da série histórica, exceto em 2017, quando a matrícula é reduzida a 370 alunos.
- b) No Justiniano de Serpa, a taxa de reprovação prevalece sobre a taxa de abandono em todo os anos e é, entre as quatro escolas, a que possui maior taxa de aprovação. Nesse período, a escola já funciona em regime de tempo integral.
- c) No Liceu do Ceará e na Visconde do Rio Branco, as taxas de rendimento são muito variáveis, sendo que o primeiro apresenta taxa de aprovação maior que o segundo até 2013, e, a partir de então, o segundo começa a apresentar taxa de aprovação maior.
- d) Nas duas escolas que possuem oferta de ensino fundamental, as taxas de reprovação e abandono juntas, apresentam valores que vão de 10 a 50%.

Nas quatro escolas, as taxas de abandono são, na maioria das vezes, maiores do que as médias das escolas estaduais, o que evidencia que a procura inicial pelas escolas vai sendo dissipada ao longo do ano letivo, por um conjunto de fatores internos ou externos. Esses fatores podem estar relacionados a: atratividade da escola, projeto político pedagógico, compromisso do corpo docente, gestão escolar; ou a dificuldades extraescolares, como ausência de transporte escolar urbano para deslocamento dos alunos, empregos sazonais etc. No caso do Justiniano de Serpa, que oferta ensino médio em tempo integral desde 2006, as taxas de reprovação e abandono são baixas, o que representa um indicador de sucesso escolar. Mesmo assim, se registra uma queda de 63,8% de matrículas no período analisado, correspondente a 848 alunos.

Considerações finais

O debate no campo dos estudos urbanos, realizado pelos autores (FRANCA, 2010, 2012; PEREIRA, 2017; PERES *et al*, 2018), foi essencial para a definição de uma abordagem epistemológica que permitisse compreender as transformações urbanas no centro de Fortaleza sob a ótica da teoria crítica urbana. As discussões dos autores sobre territorialidades permitiram compreender a importância do território no contexto educativo.

A região onde estão inseridas as escolas constitui um novo tipo de território político, tornando-se, assim, um importante objeto de políticas públicas urbanas. As transformações urbanas, novas configurações territoriais que agudizam as desigualdades afetaram e continuam afetando a dinâmica de funcionamento do centro da cidade, com efeito sobre os equipamentos escolares situados no território. As escolas públicas procuram reinventar-se para ocupar o seu espaço diante do cenário de profundas transformações econômicas e políticas. Para isso, buscam adequar-se a esse novo cenário ofertando diferentes modalidades de ensino, como escolas de tempo integral, ou investindo esforços na melhoria de resultados nas avaliações externas.

Essa primeira abordagem sobre a situação das escolas do centro da cidade de Fortaleza, a partir da análise do contexto das transformações urbanas ocorridas ao longo dos cem anos de fundação desses estabelecimentos de ensino, suscita algumas questões que serão aprofundadas em estudos posteriores, como: a) em que medida a ausência de políticas públicas para requalificação do centro da cidade impactam o atendimento nessas escolas? b) embora duas das escolas possuam infraestrutura que pode ser considerada boa para atendimento de ensino médio, a Secretaria de Educação do estado possui alguma política para minimizar a redução de matrículas que vem ocorrendo de forma sistemática nos últimos dez anos? c) quem são e de onde vêm os alunos que frequentam essas escolas? Em que medida a ausência de uma política de transporte escolar urbano inibe a procura por essas escolas? d) a política educacional pode contribuir com estratégias de integração bairro–Centro, estimulando a escola como espaço de socialização, de trocas, permitindo uma tessitura que rompa com a guetificação, fazendo com que os alunos dos bairros convivam num espaço plural, coletivo, em que eles se reconheçam como fazendo parte de um todo?

Essas questões suscitam novos desafios de investigação, que terão continuidade com os desdobramentos da pesquisa.

Referências

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei n. 13.089/2015.** Institui o Estatuto da Metrópole, altera Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, DOU.

BRASIL, INEP, MEC. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.** Sobre a nova reforma do Ensino Médio.

BRENNER, Neil. O que é teoria crítica? What is critical urban theory? **Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, n. 3, v. 1, dezembro, 2010, p. 20 – 28.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1983.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigación en sociología urbana.** Madrid, Siglo XXI. 1975.

COSTA. Maria Clélia Lustosa. Arranjo familiar e a vulnerabilidade na região metropolitana de Fortaleza. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org). **Vulnerabilidade Socioambiental na região metropolitana de Fortaleza.** Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 139 - 163.

COSTA. Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**, 2014, p. 81 - 111.

FÉRRER, Francisco Adegildo. O Liceu do Ceará e as políticas educacionais no início dos anos 1960. **Revista do Instituto do Ceará**, 2009, p. 261 - 267.

FRANCA, Gilberto Cunha. Territorialidade da educação: as escolas públicas nas áreas centrais de São Paulo. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, 2012, p. 109 - 122.

FRANCA, Gilberto Cunha. **Urbanização e educação:** da escola de bairro à escola de passagem. São Paulo, 2010. 267 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, 2010.

GOTTDIENER, Mark. Teoria da Crise e reestruturação sócio-espacial: O caso dos Estados Unidos. In: VALADARES, Lícia; PRETECEILLE, Edmond. Reestruturação urbana: tendências e desafios. São Paulo: Nobel/UFRJ, 1990, p. 59 - 78.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** 2 ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **O novo Imperialismo.** 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

IBGE. População de Fortaleza. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>. Acesso em: 01 de nov. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. Disponível em: <https://agenciade noticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14152-asi-censo-2010-aprimorou-a-ident>. Acesso em: 21 de jan. 2020.

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].

LÉFÈBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LÉFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LÉFÈBVRE, Henri. Reflexões sobre o estruturalismo e a história. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (Org). **O método estruturalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 80 - 103.

LIMA, Paulo César Cunha. **A produção do espaço na cidade de Fortaleza-CE: uma análise das ações, políticas, projetos e planos diretores**. 2013. 123 f. Tese (Doutorado em geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2013.

MENDES, Eluziane Gonzaga.; LIMA, Luiz Cruz.; CORIOLANO, Luzia Neide M. T. Os embates da reestruturação do espaço litorâneo cearense pelo turismo. **MERCATOR-Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, Ano 03, n. 06, Jul/dez, 2004, p. 43 – 52.

PEREIRA. Cláudio Smalley Soares. O Centro da cidade no contexto da estrutura(ção) urbana: considerações acerca da “Teoria urbana convencional” e da “Teoria crítica urbana”. **Revista GeoUERJ**. Rio de Janeiro, n. 31, jul/dez, 2017, p. 669 - 697.

PERES, Janaína Lopes Pereira. et al. O Estatuto da Metrópole e as regiões metropolitanas: uma análise teórico-conceitual à luz do conceito miltoniano de “território usado”. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 20, n. 41, abr. 2018, p. 267 – 288.

SACRAMENTO, Robério Augusto Leal. **Vou pra rua!** Narrativas de formação de jovens estudantes das escolas do Centro de Fortaleza nos anos 1980. 93 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2016.

SANTOS, Marlon Cavalcante; SILVA, Eciene Soares da; SILVA, José Borzacchiello da; Dinâmica socioeconômica e a formação de territórios no Centro de Fortaleza-Ce: o Beco da poeira e a Feira da Sé. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011. Costa Rica II Semestre, 2011, p. 1 - 14.

SANTOS, Milton. Alguns problemas da contribuição marxista à Geografia. In: SANTOS, Milton. (org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo, Hucitec. 1982, p. 209 - 219.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel. 1985.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. 4ª ed. São Paulo, Hucitec/Anpur. 1994, p. 15 – 20.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo, Hucitec, 1990.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SDE. **Desenvolvimento Humano por Bairro em Fortaleza**. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. SDE, 2014.

SEDUC. **Secretaria de Educação do Ceará**. Disponível em: <https://webftp2.seduc.ce.gov.br/index.php/s/stHCfxXe9K88ZiR?path=%2FCenso%20Escolar>. Acesso em: 21 de dez. 2019

SILVA, José Borzacchiello da. Características gerais da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). In: COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org). **Vulnerabilidade Socioambiental na região metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 15 - 24.

TOPALOV, Christian. **Fazer a história da Pesquisa Urbana**: a experiência francesa desde 1965. Espaço e Debates, São Paulo, n. 23, 1988, p. 5 – 30.

TORRES, Haroldo. **Medindo a segregação**. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade social. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

VIDAL, Eloisa Maia; VIEIRA, Sofia Lerche. (Orgs.). **Políticas de Ensino Médio no Ceará**: escola, juventude e território. 1. ed. Fortaleza: CENPEC, 2016.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloísa Maia. Construindo uma história de colaboração na educação: a experiência do Ceará. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 125, 2013, p. 1075 - 1093.

Sobre as autoras

Maria Eliane Maia Sousa

Doutoranda em Educação (PPGE-UECE). Professora da rede estadual de ensino do Ceará. E-mail: irelianemaia@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0708-5188>.

Sofia Lerche Vieira

Doutora em Filosofia e História da Educação (PUC/SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). E-mail: sofialerche@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0535-7394>.

Eloisa Maia Vidal

Doutora em Educação (UFC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). E-mail: eloisamvidal@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0535-7394>.

Recebido em: 01/02/2020

Aceito para publicação em: 03/06/2020